



Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais

ENSAIOS DO IEEI

Número 1

A CONFIGURAÇÃO MUNDIAL DO PODER, A NOVA HEGEMONIA NORTE-
AMERICANA E O NOVO GOVERNO OBAMA

GILBERTO DUPAS

São Paulo, agosto de 2009



**Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais**

O Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-UNESP) é um centro multidisciplinar de análises e pesquisas sobre as questões econômicas e internacionais, congregando especialistas de diversas áreas para promover e enriquecer o debate dessas questões, produzir e divulgar trabalhos e promover parcerias com entidades públicas e privadas nas diversas atividades pertinentes ao seu objeto de atuação.

URL: <http://www.ieei-unesp.com.br>

ENSAIOS DO IEEI

Publicação que objetiva divulgar os resultados dos estudos realizados no Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais.

Conselho Editorial

Andrés Serbin (CRIES/Argentina)
Carlos E. Lins da Silva (IEEI-UNESP)
Carlos Oliva Campos (UH/Cuba)
Clodoaldo Bueno (IEEI-UNESP)
Ignacio Medina Nuñez (UDG/México)
Gary Prevost (Stjohns/EUA)
Harry Vanden (USF/EUA)
Lenina Pomeranz (USP e IEEI-UNESP)
Luis Fernando Ayerbe (IEEI-UNESP)
Marcos Cordeiro (IEEI-UNESP)
Sandra Colombo (UNICEN/Argentina)
Tullo Vigevani (IEEI-UNESP)

As opiniões divulgadas nesta publicação são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

É permitida a reprodução, desde que seja citada a fonte.

ISSN 2176-8773

ENSAIOS DO IEEI

Número 1

A CONFIGURAÇÃO MUNDIAL DO PODER, A NOVA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E O NOVO GOVERNO OBAMA

GILBERTO DUPAS¹

São Paulo, agosto de 2009

¹ Fundador do IEEI, Gilberto Dupas foi professor em importantes universidades brasileiras e internacionais. Autor de diversos livros, entre eles, *O mito do Progresso* (UNESP), tendo também escrito mais de cinco centenas de artigos para jornais e revistas especializadas.

ÍNDICE

Introdução	5
A doutrina W. Bush: origens e contradições	6
Os complexos caminhos da hegemonia norte-americana	11
A anatomia do capitalismo e suas crises	13
As grandes questões sem resposta	15
A crise, o novo Governo Americano e a configuração mundial do poder	16

Introdução

Vamos investigar aqui algumas das questões fundamentais quando se discute as condições cada vez mais complexas de governabilidade mundial neste novo século. Apesar do duro legado do governo W. Bush, agora dramatizado pela crise econômica mundial, parece claro que o mundo global não pode prescindir das eventuais virtudes hegemônicas de sua maior potência, até porque tão cedo não haverá quem possa substituí-lo. A maior qualidade hegemônica é favorecer a governabilidade do sistema mundial, reconhecendo diferenças, mediando crises e confrontos e possibilitando gestos simbólicos em direção às nações e povos atingidos por excessiva exclusão e precariedade. Se o novo governo Barak Obama não conseguir que os EUA assumam o papel condizente com seu próprio poder, o que inclui antes de tudo a tolerância com as diferenças e a busca permanente de consensos, teremos grandes probabilidades de um século marcado pelas dores de um duro retrocesso. Não temos razões sólidas para supor que estaríamos no limiar de um abalo mais profundo que ferisse os fundamentos do sistema capitalista, os famosos “sinais do outono”. Mas parece ter crescido progressivamente o número de tensões que vão se acumulando em meio ao caminho, e pretendemos aqui analisá-las

A postura internacional dos EUA durante o governo W. Bush teve efeitos complexos com relação ao futuro de sua condição hegemônica. A ação terrorista de *11 de setembro*, destruindo símbolos de seu poder econômico, militar e político, foi um trauma imenso para os norte-americanos. A suposição de uma privatização das armas de destruição em massa por grupos não estatais pode ser muito assustadora. Mas o *11 de setembro* não parece diferir muito de um atentado clássico. As armas foram aviões de companhias aéreas norte-americanas, em voo regular. Atos *kamikases* também não são novidades. No entanto, o impacto dos atentados foi tão violento que justificou o brado guerreiro “os que não estão conosco, estão contra nós”. Tratou-se de uma enorme escala retórica se a compararmos com a frase que Madeleine Albright gostava de repetir no governo Clinton: “Nós voamos mais alto, vemos de cima, e sabemos o que é melhor para o mundo”. O trauma do *11 de setembro* foi tão profundo que não houve nenhuma resistência interna ao aumento massivo do orçamento da defesa implementado pelo governo. O forte apelo patriótico e a solidariedade resolveram a questão. No entanto, se olharmos um pouco para trás, desde os anos 1990 certa arrogância tem predominado naquele país, acentuada pela fantasia de Francis Fukuyama de que o fim da história –

sob a égide do triunfo americano – levaria o mundo inteiro a agir segundo seus preceitos e valores. Mas o período de unanimidade está terminando. Da mesma maneira que a economia americana é regida por ciclos mais amplos e brutais que os dos países europeus, o espírito público americano passa também por fases de grande arrebatamento seguidas por ondas de pesada autocrítica, como foi a guerra do Vietnã, agora culminando com a eleição de Obama.

A doutrina W. Bush: origens e contradições

O maniqueísmo do bem e do mal sempre foi poderoso entre os norte-americanos. Por sua longa tradição democrática, os políticos precisam justificar seus objetivos de política externa primeiro dentro do país. E a manipulação da questão do inimigo, do poder imoral e quase satânico que ameaçaria os valores e a segurança da América vem sendo uma prática tradicional, como se viu na Guerra Fria. O discurso fundamentalista da equipe de W. Bush tem raízes mais profundas, até porque – após o colapso do império soviético – é inverossímil acreditar que Afeganistão, Coréia do Norte, Iraque e Irã pudessem de fato ameaçar os EUA. É preciso lembrar que as escolhas estratégicas dos EUA pós-11 de setembro já estavam a caminho na campanha eleitoral para a sucessão de Clinton. Basta ler ensaios de Condoleezza Rice e Robert B. Zoellick, ainda em 2000, para verificar que aqueles conceitos republicanos para uma nova política externa norte-americana estavam todos presentes. É claro que os atentados provocaram a campanha contra o Afeganistão e o Iraque, com modificações consequentes no equilíbrio da Ásia Central e do Sul. Porém, o intervencionismo e o isolacionismo já eram claras tendências nas duas décadas finais do século passado. Vários conceitos vêm do governo Clinton. O “eixo do mal” (Iraque, Irã e Coréia do Norte) são os mesmos “Estados bandidos” (*rogue States*) de Clinton. Com a grande ação terrorista Bush pôde mostrar-se de corpo inteiro. Em artigo ao *The New York Times*, Bill Keller fez um balanço do que achavam de Bush seus pares conservadores. Eles o julgavam essencialmente um moralista, cujos ataques de setembro trouxeram à tona o missionário, “convertido do álcool e da vida desregrada, para Deus e para a vida doméstica”, o qual achava que todos são capazes de fazer o mesmo. Keller classifica o moralismo de Bush ambicioso e messiânico, “convencido de que o maior projeto dos EUA é combater o mal e implantar o que chama de ‘valores universais’ em todo o mundo”. Norman Podhoretz, influente autor conservador, acredita que o objetivo

estratégico do presidente era “mudar o regime de seis ou sete países e criar condições que levassem à reforma interna e à modernização do mundo islâmico”. Tratar-se-ia, obviamente, de um objetivo arriscado e prepotente, que nos remete a uma discussão sobre responsabilidades hegemônicas que farei mais tarde.

O que o *11 de setembro* permitiu foi a aceleração de um rumo já traçado pela administração Bush, permitindo escolhas estratégicas mais agressivas na “guerra contra o terrorismo”. Nessas novas ações ofensivas, Washington enfatizou que apoios e coalizões; mas enfatizou que isso não era um pré-requisito para a operação. A “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos” encaminhada ao Congresso por Bush deixava claro que seu governo pretendia agir preventivamente contra atos de terrorismo e que “não vamos hesitar em agir sozinhos”. É o que, de alguma forma, já havia ocorrido na Guerra do Golfo e no Afeganistão. Alguns falcões do Pentágono – mas, principalmente Rumsfeld e Wolfowitz – eram contra uma colaboração européia, com envolvimento da OTAN, que introduziria considerações diplomáticas ou políticas em detrimento da eficácia operacional. No entanto, uma parte dos militares achava que as restrições às ineficiências das operações de campo vinham do próprio Pentágono e de sua imensa burocracia.

O ataque aos EUA deixou à mostra as condições das alianças norte-americanas na região de influência islâmica. Paquistão, Egito e Arábia Saudita, que forneceram o grosso dos militantes do Al-Qaeda, eram considerados aliados dos EUA; o Irã, que aparentemente não forneceu nenhum, foi acusado de principal suporte do terrorismo. A China, considerada a ameaça do século XXI, deixou de sê-lo. A radicalização do terrorismo parecia mais um fenômeno interior ao Ocidente e a seus aliados próximos (Arábia Saudita e Paquistão) do que exportação do “eixo do mal”. A maior parte dos integrantes do Al-Qaeda foi re-islamizados ou veio do Ocidente; hoje se encontram santuários terroristas em New Jersey e nas periferias londrinas e parisienses.

As reflexões sobre as raízes profundas do terrorismo continuam bloqueadas entre os americanos. São sumariamente rejeitadas associações com a humilhação vivida pelos árabes, o conflito Israel-Palestina e a ação norte-americana contra o Iraque. Havia duas ideias fixas: o suporte absoluto a Israel e a obsessão de derrubar Saddam Hussein acertando velhas contas, ainda que ao preço de levar a região ao caos e promover hostilidades entre europeus. A relação entre terrorismo e pobreza também sempre foi rejeitada, já que ele tem vindo de classes médias ocidentais. Não se cogita da ideia da solidariedade ideológica com os pobres, das cicatrizes da colonização, da imigração e da

marginalização, nem das realidades presentes no Oriente Médio. Como o radicalismo se alastrou entre muçulmanos que vivem no Ocidente, também foi eliminada a hipótese de que o apoio a regimes autoritários (Argélia, Arábia Saudita e Tunísia) bloqueia o desenvolvimento de um Islã moderno e liberal. Sobrou, então, a questão culturalista do tipo “o problema é o Islã”. Os americanos achavam, de maneira simplista, que a solução pode ser alcançada, em alguns anos, com o uso da força e de ações políticas concretas. A tese principal seria a incompatibilidade do Islã com os valores da América. Daniel Pipes, por exemplo, fazia ligação entre imigração e terrorismo, apoiava as medidas anti-imigração europeias e introduziu a questão do crescimento demográfico palestino e da comunidade muçulmana nos EUA. São teses assemelhadas às da extrema direita francesa e austríaca.

A doutrina W. Bush assumiu parte dessas ideias ao radicalizar o discurso contra os “inimigos”, como consta da “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos” enviada rotineiramente pelo governo ao Congresso. Ela afirmava ser o terrorismo como tão ilegítimo quanto a “escravidão, a pirataria e o genocídio”, e dava-se ao direito de “agir sozinho” de maneira preventiva e antecipada em qualquer lugar no mundo, deixando claro que “nunca permitirá que outro país desafie sua superioridade militar”. Por outro lado, falava em “apoiar os governos moderados, especialmente no mundo muçulmano, para assegurar que as condições e ideologias que promovem o terrorismo não encontrem terreno fértil em nenhuma nação”. O que permitiu espaço não para atacar indiscriminadamente o Islã, mas para apoiar o “bom” Islã contra o “mau”. O problema central está contido no maniqueísmo ultra-redutor e implícito à definição de “bem” e de “mal”, associado a atitudes belicosas unilaterais. A respeito da nova doutrina, em editorial de setembro de 2002, o *The New York Times* advertia que “quando essas estratégias belicosas se convertem no tema dominante da conduta americana, a nação corre o risco de afastar de si os amigos e solapar justamente os interesses que Bush procura proteger. Líderes fortes e confiantes não precisam ser arrogantes. Na verdade, a arrogância subverte a liderança eficiente. (...) Bush precisa tomar cuidado para não converter os EUA em uma fortaleza que inspire a inimizade, em vez de inspirar a inveja ao mundo”.

A proposta de Wolfowitz, ex-secretário adjunto de Defesa era desenvolver um Islã moderado e liberal, compatível com as aspirações dos que vivem no Ocidente. São ideias que se opoiam ao *crash* de civilizações, no pressuposto de que haveria uma só civilização, sendo o resto barbárie. Wolfowitz dizia que é preciso pôr de pé o Islã

moderado, isolando o radical, e mover uma guerra ideológica contra os radicais – como foi feita contra o comunismo – envolvendo intelectuais, artistas e sindicatos. Tratava-se de uma nova guerra de propaganda e de uma engenharia social que promoveria os valores da administração americana: democracia, direitos dos homens, livre comércio, livre iniciativa. O pressuposto, mais uma vez, é que o monopólio da verdade faz esses valores universais. Clinton colocou, então, a seguinte questão: “Podemos ser donos da verdade inteira, ou devemos nos unir a outros na busca pela verdade?”

Apesar de aparentemente bem articulada em torno da “nova doutrina de segurança”, a política dos EUA nos anos W. Bush – examinada de maneira mais rigorosa – parece uma colcha de retalhos de decisões anteriores ao *11 de setembro*, envolvendo considerações ideológicas, interesses contraditórios e voluntarismo moralizante. Ocultando-se sob um discurso de valores, ela se apresentava revestida de uma coerência que não se sustentava. Esse discurso tentava mascarar e conciliar componentes contraditórios. Com isso, induzia os outros países e forças públicas a ratificar certos princípios difíceis de rejeitar de imediato e tenta criar espaço para a força bélica norte-americana – logística e financeiramente auto-suficiente – operar livremente em qualquer parte do mundo em intervenções pontuais. O rescaldo da ocupação, política e operacionalmente muito complexo, era deixado – sempre que possível – a cargo dos europeus ou de organizações internacionais. É o caso do Kosovo, do Afeganistão e da Palestina. E, talvez agora, do Iraque.

A nova moral hegemônica definia os campos com muita clareza. De um lado, “o direito e a democracia”; de outro, “as forças do mal”. O que significa a volta a uma retórica maniqueísta que redivide o mundo entre “bons” (aqueles que estão com os EUA) e “maus” (aqueles que estão contra ou hesitam). Na realidade, para além do aparente monolitismo desses conceitos, essas categorias transitórias são fortemente impregnadas de *Realpolitik* em função dos “interesses superiores da nação”. Essa situação criou espaços e margem de manobra para os atores regionais acomodarem seus objetivos. Um triste exemplo é a situação do Oriente Médio. Em todo o período subsequente à criação do Estado de Israel e ao início do conflito entre palestinos e israelenses, os EUA mantiveram grande influência sobre a região na condição de grandes operadores da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial e fiel depositário do novo equilíbrio ocidental em torno das instituições de Bretton Woods. Embora mais identificados com os interesses de Israel – e acusados disso muitas vezes pelos grupos palestinos –, ainda assim sucessivos governos norte-americanos tinham se empenhado

para evitar uma situação muito crítica na região, inclusive na época da Guerra Fria. Bill Clinton esteve prestes a arrancar um acordo que poderia ter posto fim ao conflito. Ehud Barak havia quebrado um tabu ao oferecer a divisão de Jerusalém, mas Yasser Arafat – pressionado no seu front interno e com pouco espaço de manobra – acabou não viabilizando um entendimento. No entanto, a situação internacional norte-americana após os atentados de 11 de setembro foi profundamente danosa para a situação no Oriente Médio. A radicalização do discurso de Bush sobre a questão terrorista deu pretexto a um brutal endurecimento do regime de Israel, perdendo os EUA legitimidade para funcionar – senão como árbitro – pelo menos como capaz de conter os impulsos agressivos de parte a parte, especialmente de Israel. Sharon considerou-se, então, livre para tentar liquidar – a sua maneira – a autoridade palestina e, a partir daí, a situação só se deteriorou. Outros atores regionais procuraram adaptar seus interesses a essas novas circunstâncias da lógica do poder mundial. Alemães e japoneses aproveitaram a oportunidade para se livrar das últimas restrições dos acordos de pós-guerra que limitavam investimento militar. A Inglaterra movimentou-se rapidamente para o espaço de grande aliado dos EUA na Europa, deixando claro a franceses e alemães que não aceita um papel secundário nas discussões centrais na nova Europa. E a Rússia, enquanto flertava com o “eixo do mal” fazendo acordos comerciais com o Iraque e a Coreia do Norte, negociava “apoio” norte-americano para suas estratégias agressivas na Tchetchênia e na Geórgia.

Na verdade, o sentimento de brutal fragilidade despertado pelos atentados aos EUA revelou um país violentamente defensivo e sem projeto sistêmico ou de governança global, papel inalienável da sua condição hegemônica. Mas há outra importante faceta dessa questão. A nova doutrina W. Bush também foi uma resposta à globalização. Fazendo desaparecer o espaço de ação dos Estados nacionais, a globalização destruiu o conceito de espaço estratégico. Sobrou muito pouco a negociar em termos de territórios, de esferas de influência ou de interesses vitais com a perda de autonomies nacionais. Como se pode negociar – ou dissuadir – os novos terroristas se eles não representam Estados e não têm nada a perder e nem senhores a quem dar satisfação?

Os complexos caminhos da hegemonia norte-americana

Nações hegemônicas sempre defenderam teses que interessam mais a si próprias que ao sistema de nações sobre o qual exercem seu controle. Mas é condição de exercício da hegemonia que os países que são parte do sistema achem que essas teses também lhes interessam de alguma forma. Caso contrário, a hegemonia teria que ser substituída por coerção. É esse o perigo que os EUA correram no momento em que teses unilaterais dominaram as ações da grande potência mundial. Analisando os ciclos hegemônicos, Fernand Braudel constatava que, sempre que os lucros do comércio e da produção se acumulavam além dos canais possíveis de investimento, este era um “sinal do outono”. As expansões financeiras daí decorrentes provocavam duas tendências complementares: hiperacumulação e competição intensa por capital. Expansões do comércio e da produção muito rápidas e lucrativas geravam forte concorrência e, por sua vez, tenderam a acumular lucros superiores à capacidade de investir. A consequência era o crescente acúmulo de rendimentos e a criação de uma grande liquidez. As taxas de retorno em queda na atividade comercial e de produção geravam restrições orçamentárias que aumentavam a competição pelo capital e poderiam elevar as taxas de juros. Nesses processos, fortes redistribuições de renda aconteciam a favor dos detentores da liquidez, sustentando uma atividade financeira divorciada da produção.

As expansões financeiras inflavam temporariamente o poder do Estado hegemônico em declínio, já que ele mantinha o acesso privilegiado da liquidez que se acumulava nos mercados financeiros mundiais. Essas expansões de liquidez, no entanto, acabavam transferindo o capital para novos sistemas emergentes com maiores perspectivas de segurança e lucro que os dominantes até então. Na transição, a crescente desorganização sistêmica diminuía o poder de ação da potência hegemônica em crise e aumentava a demanda por governabilidade mundial a quem pudesse oferecê-la. Se surgissem novas estruturas governamentais e empresariais com maior competência organizacional, estariam abertas as condições para uma nova hegemonia. Esses padrões de repetição – hegemonia levando à expansão, expansão ao caos e caos à nova hegemonia – verificaram-se nas transições hegemônicas do passado.

Os holandeses haviam construído a sua liderança como mercadores e não como soldados. No entanto, três guerras sucessivas contra os ingleses entre 1652 e 1674 os obrigaram a aceitar o monopólio britânico na navegação e ceder o controle do tráfico de escravos na África Ocidental. Isso fez os portos ingleses superarem Amsterdã; e suas

indústrias cresceram rapidamente com a ajuda do mercado triangular no Atlântico (escravos, matérias-primas e manufaturas). Derrotada a ameaça francesa nos mares e depois em terra – na desastrosa campanha russa de 1812 – o espaço estava livre para a imposição da *Pax Britannica* com o Tratado de Viena (1815), que conduziu a Europa a uma paz de cem anos (1815-1914). A concepção inglesa de equilíbrio do poder foi construída devolvendo parte das Índias Orientais e Ocidentais à Holanda e França, colocando-se como protetora do comércio marítimo, liberalizando unilateralmente o seu comércio, barateando o custo de produtos essenciais e criando meios de pagamento para a compra de produtos industrializados ingleses. Com isso, um número crescente de países pôde se encaixar numa benéfica divisão internacional de trabalho que preservava a centralidade comercial inglesa.

A derrota de Napoleão já havia alterado radicalmente as relações de força na América do Norte, permitindo aos colonos abrirem mão da proteção inglesa e preparar sua independência. Nas guerras do final do século XIX, por sua vez, técnicas de produção em massa foram aceleradas, a partir da Guerra da Crimeia, com uso do sistema de fabricação americano de usinagem automática, exibido na Grande Exposição de Londres em 1851. O navio a vapor mudou a lógica militar. E o mundo ficou repleto de nações industrializadas.

Já no século XX, quando a Primeira Guerra Mundial começou, o custo das vitórias que contiveram a Alemanha precipitou o declínio inglês em favor dos EUA. Assim que liquidaram sua dívida com a receita das armas, a liquidez americana se converteu em empréstimos domésticos e internacionais em grande escala. A Segunda Guerra fez despertar o poder mundial centrado nos EUA, liquidados temporariamente Alemanha e Japão e enfraquecidas a Inglaterra e a França. Concebida por Roosevelt, a ordem mundial norte-americana pós-guerra estava imbuída da mesma ideologia de segurança que havia impregnado o seu *New Deal* interno. A ONU e o FMI tornaram-se o núcleo de um governo mundial dominado pelos EUA. Truman conseguiu utilizar-se plenamente do pretexto da Guerra Fria para concretizar uma visão “livre-mundista” voltada contra o perigo soviético. A partir de 1970, com a humilhante derrota no Vietnã e sintomas de crise no sistema monetário centrado em Bretton Woods, a hegemonia americana apresentou alguns sinais de perda de dinamismo. Mas a surpreendente derrocada soviética deu-lhe novo ímpeto.

Cada reorganização do sistema de poder mundial havia acarretado mudanças nas relações entre o capital e o Estado. A concessão de monopólio esteve na base da enorme

acumulação tanto nas companhias de comércio e navegação holandesas do século XVII como nos fabricantes ingleses do século XIX. Já a grande empresa verticalizada vinda da tradição fordista do início do século XX sofreu uma revolução a partir dos anos 1980, com a tecnologia da informação permitindo o fracionamento das cadeias produtivas globais e a flexibilização da produção a partir das parcerias e terceirizações utilizando os novos conceitos de redes. A empresa transnacional norte-americana, tal como sua ancestral mercantil, tem desempenhado papel fundamental na ampliação e manutenção do poder dos EUA. As análises sobre a natureza do enorme *deficit* comercial norte-americano deixavam claro que ele é provocado pela imensa dispersão da atividade produtiva das empresas sediadas no país – que exportam mais a partir de suas filiais externas do que de sua sede continental – e não, obviamente, por problemas de competitividade. A vitalidade das corporações globais é intensa. Mas a enorme concentração e a transnacionalização dessas empresas e do sistema financeiro geraram um sistema global pouco sujeito à autoridade estatal e com poder sobre as nações mais poderosas do mundo, diminuição dos empregos, piora do perfil de renda e *deficits* externos estruturais crescentes nos grandes países da periferia. Os graves problemas dos cidadãos, que provocam demanda locais, vão se distanciando cada vez mais da possibilidade de ação dos mecanismos estatais, ocasionando crescente perda de capacidade reguladora desses Estados nacionais.

A anatomia do capitalismo e suas crises

Os conflitos entre capital e trabalho são estruturais e permanentes. Em Bretton Woods aceitou-se que os governos usassem políticas monetárias como instrumento de redução do desemprego. Truman acreditava que o conflito capital-trabalho poderia ser domesticado pela aplicação vigorosa dos novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

No passado, como lembram Beverly J. Silver e Eric Slater, as transições hegemônicas haviam convivido com crescentes conflitos sociais. Eles moldavam, em meio aos colapsos, os pactos sociais que sustentariam a nova hegemonia. Atualmente, os EUA controlam o poder militar; o Japão e os chineses de além-mar detêm a liquidez; e a República Popular da China possui a mão-de-obra barata, alta produtividade industrial, grandes reservas e é sócia essencial do capitalismo global. Esse arranjo estrutural sem precedentes, que parecia manter em relativo equilíbrio as estruturas de

poder mundial, foi atropelado pela crise econômica global e torna mais complexa a investigação do eventual declínio hegemônico norte-americano.

Mas uma questão de fundo se sobrepõe a essa análise. Há sinais de crise sistêmica e estrutural no capitalismo global? Sabemos que estudar o capitalismo é investigar a morfologia dos seus ciclos e crises. Sua história é uma alternância entre otimismo e desalento, crescimento e recessão, a depender da qualidade das regras e instituições presentes em cada uma dessas etapas. A proposta do pós-guerra, influenciada por ideias keynesianas, era constituir uma nova ordem internacional propiciando amplo raio de manobra para políticas nacionais de desenvolvimento. Seguiu-se a era dourada das décadas 1950 e 1960. Em 1971, no entanto, Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro. Uma de suas consequências foi a profunda redução do poder de compra dos países exportadores de petróleo, em função da erosão do dólar. A alta de preços provocada pelo cartel do petróleo em 1973, e agravada em 1979, provocou ondas depressivas na economia mundial, especialmente nos importadores de petróleo que tiveram que arcar com um forte endividamento para manter equilibradas suas reservas. A abundância dos chamados petrodólares facilitou a reciclagem financeira desses países mediante crédito fácil. Mas a adoção da taxa de juros flutuantes, junto com o crescimento das dívidas, introduzia um fator importante de instabilidade no cenário.

O declínio do “consenso keynesiano” resultou na elevação das taxas de juros americanas em outubro de 1979. A partir daí, cresceu o patamar inflacionário geral, criou-se o euromercado pelo excesso de dólares e finalmente substituiu-se o regime de taxas fixas de câmbio pelo câmbio flutuante. A primeira grave crise internacional dos anos 1980, iniciada com o colapso da dívida externa latino-americana, tem a ver, pois, com o novo nível de estoque dessa dívida, agravada, principalmente, pela decisão dos EUA de aumentar fortemente os juros. No período 1981-1990, por conta de profundos ajustes recessivos, o crescimento da renda *per capita* da América Latina foi negativo. No final da década, reconhecendo a incapacidade de pagamento de vários países, os EUA lideraram no G-7 os planos Baker e Brady e operaram descontos no valor nominal e nos juros dos empréstimos contraídos durante a década.

Os anos 80 inauguraram a era dos mercados financeiros livres. A afirmação da supremacia dos mercados gerou uma onda de crises que varreu as duas décadas seguintes e permanece até hoje. Ela iniciou com o *crash* da Bolsa de Valores em 1987, continuou com a quebra dos mercados imobiliários em 1989, o colapso da Bolsa de

Tóquio em 1990, os ataques especulativos às moedas fracas europeias em 1992 e 1993 e a crise dos bônus americanos em 1994. Nesse mesmo ano, a grande volatilidade dos fluxos internacionais acabou tendo um duro teste na crise cambial mexicana no final de 1994, provocando efeitos regionais perversos na Argentina e no Brasil. Mais para o final da década, veio a crise asiática, provocada por uma reversão do fluxo internacional de recursos aos países da região, abundantemente irrigados por financiamentos e investimentos em função de seus desempenhos econômicos considerados até então diferenciados. Seguiram-se desvalorizações intensas na Tailândia, Malásia e Coreia, com repercussões em toda a área. Em seguida veio a crise russa, que se superpôs à segunda fase da crise asiática, e foi coroada com a moratória de 1998. Finalmente, a década terminou com nova crise brasileira. Em 2001 estourou o colapso argentino, após anos de estrito cumprimento das recomendações das instituições internacionais, obrigando o país a abandonar a paridade, provocando uma desvalorização de 200% em sua moeda e o desmoronamento do seu sistema financeiro. Ao mesmo tempo a Turquia entrava em forte declínio, exigindo rápido suporte do FMI para controlar uma situação precária da qual não saiu até agora. Depois o Brasil passou a ser a grande fonte de preocupação mundial, não só pela fragilização dos seus fundamentos mas, principalmente, por efeito da turbulência das eleições presidenciais que elegeram Lula e que levantavam suspeitas que mostraram-se sem sentido.

As grandes questões sem resposta

Hobsbawm acha que a doença ocupacional de uma superpotência é a megalomania; e que os EUA terão que aprender as limitações de poder, como os ingleses fizeram no século XIX. Mas a crise econômica que sucedeu ao estouro da “bolha tecnológica” na Bolsa de Valores norte-americana, com repercussões em todo o mundo, acrescenta um ingrediente novo e faz algumas questões de fundo se colocarem. Estaríamos diante de sinais de declínio da hegemonia norte-americana, tal como ocorreu com a holandesa no século XVII, ou com a britânica ao final do século XIX? Por outro lado, será que o mesmo modelo de nação hegemônica, organizadora e reguladora do espaço, continuará a prevalecer na era da informação? Estaria a despontar da atual turbulência global uma nova estrutura hegemônica? Ela seria da mesma natureza da que foi rompida?

Fernand Braudel dizia que não há capitalismo vigoroso sem um Estado forte que esteja a seu serviço. Atualmente, os imensos fluxos de capital privado e a lógica dos blocos regionais impõem restrições cada vez mais rigorosas às políticas econômicas. No entanto, teria sido muito diferente de hoje a relação básica entre Estados e grandes corporações nos ciclos hegemônicos anteriores? Mais do que em qualquer outro período da história econômica, as tentativas de estabilizar o crescimento econômico estão severamente limitadas por uma total anomia e pela perda de capacidade regulatória das instituições internacionais. E a confiança na inovação tecnológica como motor da acumulação capitalista foi temporariamente posta em dúvida pelo colapso do preço das ações das empresas de ponta tecnológica, que havia justificado expectativas absurdas de taxas de retorno de investimentos, criando um estado de exaltação inconsequente quanto ao futuro do capitalismo. Será possível aos EUA – com a ajuda dos órgãos internacionais fortemente dependentes de sua influência (ONU, OMC, BIRD e FMI) – reconstruir um poder regulatório da ordem mundial, incluindo nesse poder os fluxos financeiros globais que, em sua brutal autonomia, movimentam-se aos solavancos, provocando enormes danos e tumultos nos países mundo afora?

A crise, o novo Governo Americano e a configuração mundial do poder

A crise sistêmica desencadeada a partir de setembro questionou alguns dos fundamentos do capitalismo global. A partir dos anos 1980, o fim da polarização ideológica e o acesso aos mercados globais haviam levado a uma profunda transformação na política e na economia. Os Estados nacionais tornaram-se atores mais frágeis e as grandes corporações globais impuseram o seu estilo de busca de lucro a qualquer preço, operando nas zonas cinzentas do mercado e fragmentando sua produção mundial. Esse foi, aliás, o caminho da incorporação da China ao processo capitalista, do qual se tornou parceira muito relevante e a mais recente florescência do modelo americano. As questões relativas à regulação passaram a ser rejeitadas como indesejáveis resíduos arcaicos que tentavam limitar o vigor do capitalismo vencedor. A crise atual provocou uma reviravolta momentânea nesses conceitos. Neoliberais viraram keynesianos e governos democráticos dos países líderes mundiais alocaram volumes equivalentes a quase 20% dos respectivos PIBs para socorrer bancos e empresas submetidas a gestão temerária, sob a justificativa parcialmente verdadeira de que estão protegendo casas, poupanças e empregos da população. Enquanto isso Alan Greenspan,

pedia desculpas ao mundo por não ter percebido que o mercado tinha virado um cassino e exigia controles.

A erosão da confiança dos cidadãos em seus dirigentes e nas instituições políticas é o principal problema das democracias atuais. O individualismo se exacerbou, a esfera pública se erodiu e os interesses privados se impuseram nos altares do mercado. As segundas hipotecas e os *subprime* só ocorreram porque os cidadãos norte-americanos foram induzidos ao consumo conspícuo pela propaganda, supondo que a escalada absurda de preços dos seus imóveis seria permanente. O mundo macroeconômico havia entrado numa fase de alta complexidade onde dominam opiniões tecnocráticas muito distantes da sensibilidade do cidadão-consumidor; o capitalismo financeiro global aproveitou-se disso e vendeu-lhe fantásticas miragens.

A crise também tem a ver com o mundo vivendo acima dos seus meios. A era da abundância em recursos naturais já havia terminado há dez anos. Cientistas respeitáveis alertavam que mais alguns passos da humanidade na direção errada - e a degradação ecológica poderia ser irreparável, vitimando gerações futuras. Mas o poder econômico continuava garantindo que as novas tecnologias “dariam um jeito”. A questão é de quem são as escolhas; e a quem elas beneficiam. Como conseguir uma mudança radical de modelo de produção, com a redução do consumismo desenfreado e do sucateamento, se o mercado livre é a lei e os grandes atores econômicos têm total liberdade de definir a direção dos vetores tecnológicos? Alguém acredita que o próprio mercado possa se auto-regular? Quem vai ser capaz de enfrentar a batalha gigantesca de reconversão da lógica privada de produção em nome do futuro da civilização?

Howard Davis, diretor da Escola de Economia de Londres, descreve o kafkiano conjunto de uma centena e meia de entidades e comitês internacionais que até aqui faziam de conta que controlavam o sistema financeiro internacional. E defende regras duras para amarrar as partes soltas do sistema, incluindo seus buracos negros, e a exigência aos bancos de comportamentos contra cíclicos como capitalização obrigatória quando os preços de mercado atingem valores acima das médias.

A crise iniciada em 2008 pelo colapso do sistema financeiro pode, de fato, gerar uma nova era de regramento do lado desenfreado do capitalismo global? Quem serão seus agentes? Políticos movimentam-se de forma hiperativa, outorgando-se poderes de épocas de guerra; mas ainda estão tão perdidos como os economistas e intelectuais. Suas posições oscilam entre a antevisão “das folhas de outono” do fim do capitalismo até a assunção de que esta é uma mera crise de ajuste e será resolvida com certa

socialização de prejuízos e alguma regulação. Mas a sua verdadeira natureza é tão complexa que conduz a uma cegueira relativa. Ulrich Beck diz que o comportamento atual das autoridades mais lhe parece a daquele bêbado que procura sua carteira perdida em meio à noite escura com o facho de uma lanterna. Ao ser perguntado “É mesmo aqui que você a perdeu?” ele responde: “Não; mas a luz dessa lanterna me permite ao menos continuar procurando”. Beck lembra que risco e dano não significam necessariamente catástrofe, mas que a percepção dos seus efeitos futuros em áreas críticas como clima, finanças ou terrorismo, instaura um estado de exceção ilimitado que transcende a escala nacional para a dimensão universal. O problema é que a legitimidade de uma ação cosmo-política face às crises globais depende muito do foco das mídias, que só as abordam quando elas viram catástrofes.

Em suma, essa crise tanto pode ser de fundamentos quanto de forma; ou de ambos. Muitas águas ainda rolarão sobre as escoras do capitalismo global; e algumas dessas escoras ainda podem cair com a força das correntes. Estruturas e equilíbrios de poder irão se alterar tanto na política como na economia, e muito exigirão de seus atores principais. Especialmente de Barack Obama, tido como analista frio e construtor de consensos. Porém sua equipe é apenas uma reconstituição completamente da época Clinton, com alguns toques do Bush e dos jovens seguidores de Obama. Esperava-se por mudanças mais radicais, mais a ética da convicção outra vez cede à ética da responsabilidade. Bastará para o tamanho do desafio? Obama já respondeu às críticas de sua ala mais à esquerda que clamava por mudanças com uma frase emblemática: “a mudança sou eu!”

E o que pode mudar no papel estratégico da América Latina? Em editorial recente, o NYT falava de uma oportunidade única para o novo governo incrementar laços com uma região que supre os EUA com um terço das suas importações de óleo, a maioria dos seus imigrantes e quase toda a cocaína que consome. Os líderes latino-americanos querem saber se Washington vai agora falar a sério sobre política de energia, integração econômica, imigração e tráfico de drogas. O NYT propõe acabar com o embargo sobre Cuba e aproveitar o enfraquecimento de Chávez com políticas ativas de ajuda envolvendo também Nicarágua, Honduras e toda a região. Finalmente, pede tarifa zero ao etanol brasileiro.

O relatório do National Intelligence Council, preparado a cada quatro anos pelo núcleo duro do establishment de segurança dos EUA está pronto para ser entregue a Obama e diz que “o país ainda joga um papel proeminente nos eventos globais”,

dramática diferença com o anterior que falava numa contínua dominância dos EUA. A tendência geral da intelectualidade do país é o chamado “new declinism” – a sensação de que a mais poderosa nação do mundo está em declínio. O oposto da agressiva confiança dos anos Bush e do momento unipolar. Três razões principais são apontadas: Iraque e Afeganistão são a certeza de que a supremacia militar não se converte automaticamente em vitória política; o crescimento da China e Índia como novos atores de peso; e a percepção vinda da crise de que os EUA estão vivendo acima de suas possibilidades e de que há alguma coisa errada no modelo americano. O respeitado General Brent Scowcroft declarou outro dia “O exercício do nosso poder nos revelou que ele é efêmero”. No livro de Fareed Zakaria, que consta ter sido o único sobre política externa lido por Obama em 2008, ele conclui que os anos Bush foram o apogeu do poder americano. Richard Haass, Chairman do Council on Foreign Relations é enfático: “O momento unipolar dos EUA se foi”. No entanto, William Wohlforth adverte que já houve outros momentos de crise de confiança seguidos de recuperação, como após a derrota no Vietnam.

O fato é que, salvo crise político-social de grandes proporções na China, a estagnação dos próximos anos trará definitivamente uma mudança de patamar no poder chinês. Nada ainda para ameaçar a hegemonia norte-americana. Mas com China crescendo a 7%, Europa e Japão estagnados e EUA a passo de cágado, em 5 anos, os chineses terão um PIB de US\$ 5 trilhão, tendo ultrapassado largamente França, Inglaterra e Alemanha e ligeiramente o Japão, transformando-se na segunda maior economia do mundo. Só que os EUA ainda estarão com US\$ 15 trilhão, 3 vezes mais que a China!

Assim, gostemos ou não, teremos que continuar convivendo com a hegemonia norte-americana. Mas ser hegemona é mostrar competência em fazer um discurso e praticar ações que, embora interessando mais ao próprio hegemona, possam ser compreendidos pela comunidade internacional como interessando razoavelmente a todos. Conforme já lembramos, do “voamos mais alto e sabemos o que é melhor para o mundo” de Madeleine Albright (na era Clinton) ao “quem não está conosco está contra nós” do fundamentalista Rumsfeld (nos tempos de Bush) houve uma escala imensa da hegemonia em direção a uma quase tirania. O que nos resta é cobrar da potência norte-americana o exercício de uma hegemonia benévola que leve cada vez mais a consensos multipolares que aliviem as tensões mundiais e gerem condições de governabilidade sistêmica. Esse é o grande desafio e o papel esperado do governo de Obama.